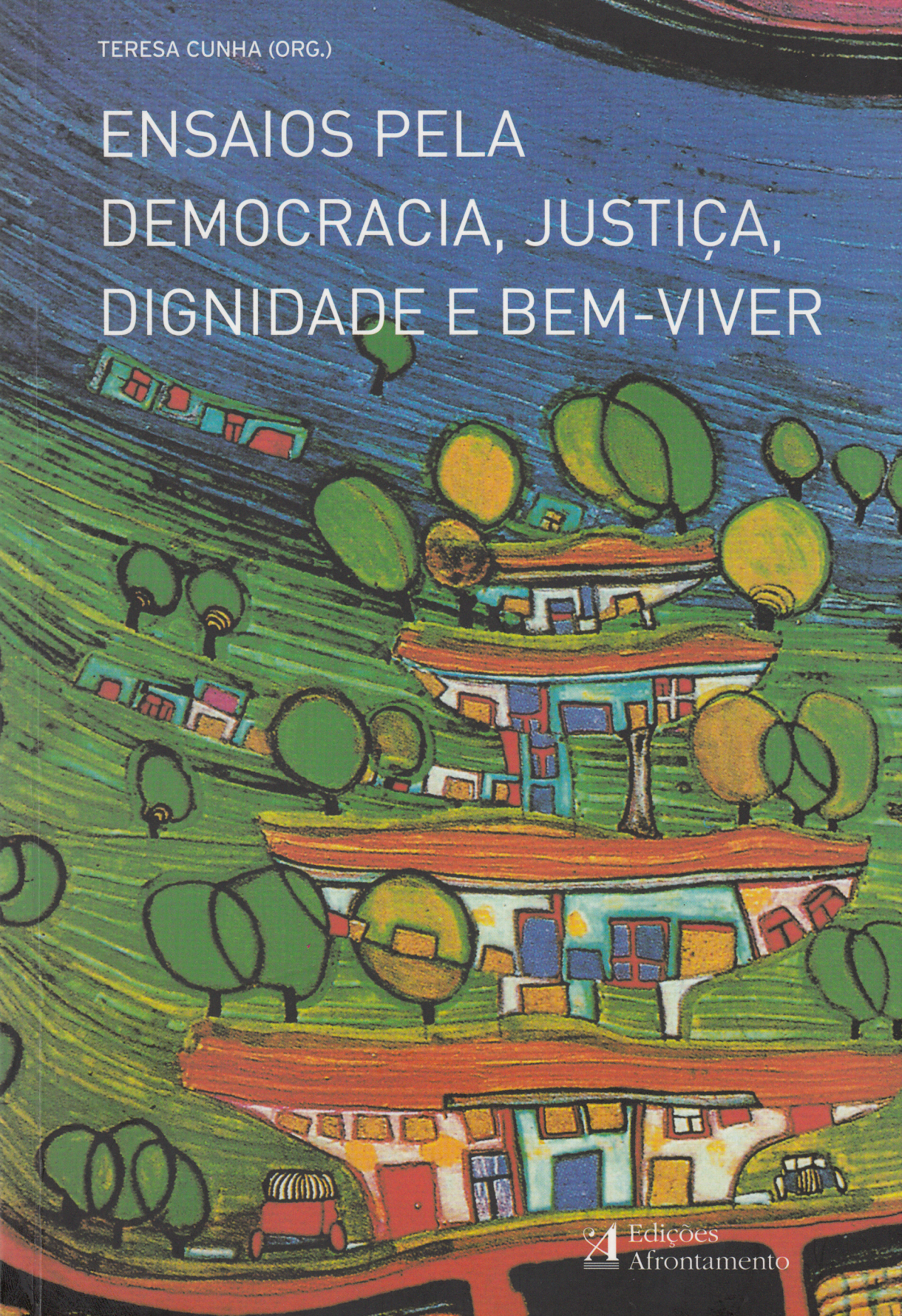


TERESA CUNHA (ORG.)

ENSAIOS PELA DEMOCRACIA, JUSTIÇA, DIGNIDADE E BEM-VIVER



Teresa Amal
(Coordenação)

**ENSAIOS
PELA DEMOCRACIA.
JUSTIÇA, DIGNIDADE
E BEM-VIVER**

Edições Afrontamento

Título: Ensaio pela democracia. Justiça, dignidade e bem-viver

Coordenadora: Teresa Amal

© 2011,

Capa:

Edição: Edições Afrontamento, Lda. / Rua Costa Cabral, 859 / 4200-225 Porto
www.edicoesafrontamento.pt | geral@edicoesafrontamento.pt

Colecção: Textos/

N.º de edição:

ISBN: 978-989-95306-5-2

Depósito legal:

Impressão e acabamento: Rainho & Neves Lda. / Santa Maria da Feira
geral@rainhoeneves.pt

Distribuição: Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.
comercial@companhiadasartes.pt

?????????? de 2011

Índice

Apresentação, por Denise Leite.....

PARTE I

Justiça, dignidade e bem-viver: críticas aos modelos neoliberais de desenvolvimento e democracia

Desenvolvimento económico: liberalismo ou liberdade de escolha, por Sara Rocha....

A economia dominante é insustentável, por Alberto Melo.....

A Economia confundida e os seus limites, por José Castro Caldas

A arte de xiticar num mundo de circunstâncias não ideais, por Teresa Cunha

PARTE II

A desobediência civil de um olhar: ensaios pela democracia, justiça, dignidade e bem viver

Fotografias de Miguel Mesquita.....

PARTE III

Territórios e alternativas em acção

Determinantes globais e locais na emergência de solidariedades sociais: O caso do sector informal nas áreas suburbanas da cidade de Maputo. Um texto revisitado, por Teresa Cruz e Silva.....

O pescador de bocadinhos de futuro que pesca, por José João Rodrigues

O mercado solidário: um caminho a percorrer, por Priscila Soares

Da crise da democracia liberal aos novos experimentalismos democráticos – os orçamentos participativos, por Nélson Dias

O Poder de Pensar, Sentir, Dizer e Fazer, por Sandra Silvestre.....

O papel das redes sociais locais nas economias solidárias. O caso dos mercados solidários da Granja do Ulmeiro, por Raquel Azevedo

Biografia dos autores/as

A ARTE DE XITICAR NUM MUNDO DE CIRCUNSTÂNCIAS NÃO IDEAIS

Feminismo e descolonização das teorias económicas contemporâneas

Teresa Cunha

Neste trabalho tenho como objectivo principal discutir a economia da crise através de uma busca epistemológica feminista e pós-colonial. A minha intenção investigativa não se contenta com uma crítica mas a expansão das subjectividades contribuindo para que a distopia da narrativa mestra da crise económica e financeira do mundo rico ocidental seja apenas uma parte da realidade e da infinita capacidade de pensar o mundo¹. Neste texto, procuro ainda, a partir da agência cognitiva e pragmática narrada por mulheres e homens da cidade de Maputo, pensar a virtualidade operacional de inéditos viáveis² apoiados em consciências emancipatórias do futuro³.

Para este meu propósito reflectirei sobre o *xitique*⁴. *Xiticar* é uma prática económica e financeira comum em Moçambique. Uma análise desenvolvimentista e que não rompa com o paradigma capitalista olha para o *xitique* apenas como um retorno, mais ou menos elaborado, à tradição ou uma mera estratégia de contingência devido à persistente escassez de recursos, e meios de acesso a eles, a que está sujeita uma parte da população de Moçambique. A minha proposta é ensaiar uma variedade de descentramentos epistemológicos e analíticos e colocar uma pergunta, ainda que possa ser considerada impertinente ao *status quo* das correntes frias da sociologia⁵: poderá ser o *xitique* uma antecipação profética, uma ferramenta de uma economia política pós-capitalista?

(1) Cf. Santos, 2009.

(2) Cf. Freire, 1975.

(3) Cf. Cattani, 2009.

(4) *Xitique* é uma palavra tsonga que é traduzida para o português, comumente, como poupar, amealhar, juntar. *Xiticar* é do verbo *Ku Tica*. Alerto as e os leitores para o facto que adopto, neste texto, a grafia aportuguesada em circulação em Moçambique das palavras de língua Tsonga e outras que, ao longo do texto, irão sendo usadas.

(5) Cf. Santos, 2009.

Não será em tão poucas páginas que me atreverei a dar uma resposta acabada mas pretendo deixar algumas vias de análise abertas para futuras teorizações que não vejam, recorrentemente, nas práticas inventivas de diferentes comunidades imaginadas insolventes, mera sobrevivência ou uma atracção fatal e melancólica pelo atávico.

1. NOVO FADO, ENFADO OU FARDO DO *HOMEM BRANCO*? PURA BOLHA ESPECULATIVA?

Com a disputa pela definição das razões e dos termos da crise económica e financeira na Europa e nos Estados Unidos⁶ tem-se assistido, simetricamente, à contenda sobre as vias de consolidação do que se considera serem as respostas possíveis, desejáveis e inevitáveis para a dominar e a ultrapassar. Do meu ponto de vista, esta peleja parece estar, no seu conjunto, subjugada a duas racionalidades que sobredeterminam o diagnóstico, as razões, as consequências, os impactos e a visão sobre o futuro. Por um lado, toda a complexidade da ‘crise’ está submetida a uma razão democrática minimalizada: a ideia de uma democracia, necessariamente amputada das ideias e ideais dos povos, das pessoas e das comunidades. Elas e eles são os alvos mas não são parte do debate e da procura dos caminhos que estiverem para além dos termos prescritos pelos embaixadores da ‘crise’. E isso parece estar certo e ser conveniente para as empresas de *rating*, os anónimos mercados financeiros, os impenetráveis modelos de análise económica que de gráfico em gráfico demonstram a ‘arriscada’ iliteracia e incompetência económica de quase todas e todos. Decorre desta desagregação do carácter participativo da democracia que a ‘crise’ é colectiva, até civilizacional mas para a compreender poucos são considerados habilitados e, por isso, convocados a opinar sobre qualquer um dos assuntos que se relacione com a interpretação e a sua superação. Como se fora esta ‘crise’ uma contemporânea república de Platão onde apenas os seus filósofos a podem governar. Qualquer ideia ou apelo à participação democrática transmuta-se, quase de imediato, em prova de ignorância ou então numa manobra disjuntiva, acrítica e irresponsável. É comum que tanto os filósofos como os seus embaixadores escolham, para designar a premissa da participação democrática, ausência de sentido de Estado, inconsciência nacional, agitação social gratuita, individualismo e egoísmo, incapacidade de compreender e aceitar os sacrifícios necessários. Sou persuadida pela ideia de que uma das características desta disputa pela definição dos termos e das soluções para a ‘crise’ é que não é um assunto para as democracias resolverem, muito menos as participativas.

(6) Cf. Santos, 2011.

A segunda ordem de razão tem que ver com a ideia do síndrome da via única': qualquer que seja a solução ela terá que ser encontrada dentro do paradigma económico capitalista. Não há soluções nem fora dele nem para além dele. Se se trata de reformar, dismantelar, redistribuir, renegociar, refinar, cortar despesas, controlar as balanças comerciais ou o deficit público, todas as ideias, todas as medidas estão acorrentadas e passarão pela exploração virtuosa para alguns, e infernal para muitos, dos mecanismos orgânicos capitalistas que, mais ou menos sofisticadamente, as sociedades em causa assumiram como os seus alicerces e os alicerces do mundo. Por estas razões, a minha atenção sociológica permite-me afirmar que nos termos dominantes estatuídos sobre a actual 'crise económica e financeira' existem duas ideias que a têm procurado qualificar para a controlar e, em seguida, para esvaziar a imaginação democrática dos povos, a sua resiliência e insubmissão.

É meu convencimento que se assiste, em primeiro lugar, à emergência e reforço de um pensamento o mais abissal⁷ possível. A teorização de Boaventura de Sousa Santos lança luz de como esta hermenêutica dominante da 'crise' considera nada mais existir para lá de si, das suas causas e das suas consequências limitadas ao mundo financeiro. Impõe o abismo da inevitabilidade e obriga a metamorfosear cidadãs e cidadãos em súbditos. A exegese da 'crise' cria o abismo e o medo que este suscita: é o abismo, o medo, o inevitável caminho do medo.

Em segundo lugar, é um pensamento colonial que está de volta trazendo consigo um outro 'homem branco' cujo fado, enfado ou fardo civilizador se volta, agora também, para dentro de si mesmo. Entendo por pensamento colonial aquele que se apresenta informado, entre outras características, pelas ideias de naturalização da apropriação, da conquista, da invasão, da ocupação de corpos, de vidas, de territórios, de recursos, de memórias, de identidades. Esta 'crise' que nos está a ser apresentada não se reduz às consequências económicas ditas mas também à (des)regulação financeira estatal e trans-estatal não-dita. Sou instigada pela hipótese que, esta ideia colonial que dá um corpo interpretativo dominante do estado da economia mundial, traz consigo as ferramentas necessárias para intentar esvaziar os mapas para os reconstruir segundo as prescrições dos que se apresentam como os novos-velhos conquistadores de continentes. Parece-me apropriado voltar a Santos⁸ para trazer ao debate o seu conceito de fascismo social que, ao contrário daquele que foi experimentado na Europa do século XX, consegue manter a ideia de liberdade democrática – maximizando a sua desagregação participativa e emancipatória – ao mesmo tempo que reconstrói o tecido social, separando,

(7) Cf. Santos, 2009.

(8) Cf. *ibidem*.

abrindo e vigiando fossos que, são de tal natureza, que a autonomia, a independência, o direito a governar-se a si mesmo se tornam ideias disfuncionais, inoperantes e, no limite, indesejadas. Não se trata apenas do empobrecimento económico das sociedades mas, como aprendi de Jacques Depelchin⁹, de uma estratégia de guerra: invadir as subjectividades, ocupá-las, sujeitá-las, torná-las ainda mais vulneráveis e sem memória.

Pelo tom obscuro do meu discurso até este ponto, pode parecer ser meu objectivo discutir neste texto a ‘crise económico-financeira’ que no norte ocidental rico tem vindo a invadir e a colonizar a imaginação sociológica através do medo do abismo e duma razão não democrática e colonial. Do meu ponto de vista a refutação deste medo passa, no meu texto e em primeiro lugar, por reconhecê-lo e caracterizá-lo. Em seguida prosseguirei de modo a procurar olhar, ver e compreender até que ponto os abismos coloniais contemporâneos são jogos de espelhos incapazes para captar e perceber o mundo. Em segundo lugar, colocar em evidência as racionalidades com quem debato a economia, o governo da casa porque me aparecem férteis, abertas, humildes, determinadas e não se envergonham da sua excentricidade. Antes a cultivam através da sabedoria de séculos de aprendizagem a manter-se, de algum modo, fora e para além da invasão, ocupação e usurpação. É uma arguição entre subjectividades imaginativas e poderosas e não a celebração da pobreza, do passado, do pouco ou do rudimentar.

2. ALGUNS TÓPICOS DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Há várias décadas que as e os moçambicanos sabem o que é viver em ‘crise económica e financeira’. Também sabem, de experiência feita, o que é terem uma dívida soberana impagável, o que é o empobrecimento constante apesar das medidas de ajustamento estrutural preconizadas pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Moçambique há várias dezenas de anos que conhece todas as perguntas e os todos os desafios envolvidos nas discussões sobre pobreza, crescimento, desenvolvimento, modo de organização económica, distribuição da riqueza, regulação, participação das e dos cidadãos, democracia económica e financeira, modelos de poupança e investimento socialmente úteis e relevantes que possam funcionar tanto no presente como no futuro¹⁰. As fragilidades estruturais deixadas pelo prolongado e problemático período colonial, as economias de guerra que experimentou entre o início dos anos 60 até 1992, o liberalismo económico che-

(9) *Cf. Cunha, 2010: 164-165.*

(10) *Cf. Brito et al., 2010.*

gado nos anos 80 e as fracturas provocadas pelo hiperbolismo do capital financeiro globalizado, têm resultado no depauperamento drástico de vastas camadas da população moçambicana¹¹. Ao mesmo tempo, toda esta ebulição económica tem criado problemas sociais e ambientais de uma grande complexidade e com consequências difíceis de avaliar na sua extensão e intensidade.

Moçambique é um país classificado pelas agências internacionais, repetidamente, como sendo um dos mais pobres do mundo. Em linha com alguns dos estudos e obras aqui referidos, eu estou convencida que será mais rigoroso afirmar que, Moçambique, é um país empobrecido. A pobreza das e dos moçambicanos, tanto na sua forma de ausência de acesso aos bens, recursos de moeda ou capital de investimento ou como ausência de liberdade para escolher os meios e recursos para definir a sua dignidade e bem-viver¹², não fazem prova da sua incapacidade de produzir e distribuir riqueza em ordem a um equilíbrio e a uma harmonia social e económica que tenha na base a opção ética e política de justiça para todas e todos os moçambicanos. A pobreza em Moçambique é um discurso recorrente sobre si, tanto endógeno como exógeno e que tem mostrado muito pouco acerca da vitalidade e da imaginação que se lhe opõe, aos vários níveis da sociedade. Para além disso, a pobreza, o combate à pobreza, o alívio da pobreza e as medidas e as fórmulas que lhes estão subjacentes têm vindo a camuflar a ideia de que *a pobreza e a riqueza são duas dimensões política e socialmente definidas pelo mesmo processo de acumulação, distribuição e reprodução, de tal modo que ambas são geradas não só em simultâneo mas em relação orgânica e dinâmica uma com a outra*¹³. Isto tem querido dizer, em termos experienciais e biográficos para a maioria das pessoas do país que este é povoado por pessoas pobres porque não partilham, ou não são capazes de se fazer incluir, num certo modelo de desenvolvimento económico à escala local e nacional e à luz dos critérios e indicadores internacionais epitomizados, por exemplo, no Índice do Desenvolvimento Humano do PNUD¹⁴.

Deste modo, e perante o imperativo da mercantilização crescente e a simétrica persistência da escassez do dinheiro¹⁵, as populações têm vindo a desenvolver dife-

(11) *Cf.*, entre outras obras, António Francisco, 2003; 2006; 2010; João Mosca; 2009; 2010, Isabel Casimiro e Amélia Neves Souto, 2011; Luís de Brito *et al.*, 2010; Rosimina Ali, 2010.

(12) *Cf.* Sen, 20010. Ao usar o conceito de bem-viver reporto-me, entre outras, às visões plasmadas na Constituição 2008 del Ecuador consagrados no seu capítulo segundo assim como ao Índice de Felicidade Interna Bruta desenvolvido no Butão. *Cf.* Ura; Galay, 2004.

(13) *Cf.*, Brito *et al.*, 2010: 16.

(14) Segundo o relatório do PNUD – programa das nações Unidas para o Desenvolvimento publicado em 2008, dos 177 países analisados, Moçambique está na posição 172 em termos de desenvolvimento humano que se baseia nos seguintes indicadores: esperança de vida, o rendimento e a educação escolar.

(15) Aqui refiro-me tanto à moeda e divisa nacional, o Metical, como aos Dólares americanos que são no caso da economia Moçambicana a moeda de referência mais utilizada.

rentes tecnologias económicas, com e sem moeda, procurando soluções para ren-
dibilizar os recursos existentes nas famílias e nas comunidades, re-inventando e
actualizando tanto práticas ancestrais como formulando mecanismos novos e ino-
vadores de gestão económica e financeira, mutualidades, cooperativismo, pou-
panças e investimentos. É neste quadro que se insere uma das mais conhecidas
maneiras de muitas mulheres moçambicanas recusarem resignar-se ao epíteto da
inevitabilidade da sua pobreza estrutural, colocando em destaque o capital social
que uma moeda, ainda que convencionalmente capitalista, pode jogar na gestão e
distribuição da riqueza num espaço de proximidade: o *xitique*.

O *xitique* é uma dessas tecnologias que devem ser estudadas e compreendidas
para dotar os conhecimentos sociológicos, feministas e económicos de mais ideias
que possam contribuir para a justiça cognitiva e como meio de dar corpo às cons-
ciências antecipatórias do futuro¹⁶ que acima referi. Elas estão a elaborar, já e
agora, os termos daquilo que será um novo senso comum do governo da casa e um
paradigma que possa ser nomeado de pós-capitalista.

A ligação das práticas do *xitique* e as mulheres em Moçambique é uma evidên-
cia empírica e tem sido objecto de pesquisas e reflexões. As mulheres estão muito
activas nas actividades produtivas e circuitos económicos do país e uma parte
substantiva do rendimento gerado e utilizado para o sustento das famílias, assim
como um volume de negócios assinalável, é realizado por elas no âmbito daquilo
que é designado por ‘economia informal’. As organizações de mulheres de base
mais popular estão, algumas vezes, fortemente relacionadas com a produção e
comércio de modo a gerar rendimentos e a reforçar, mutuamente, as capacidades
de pequenos grupos. As iniciativas de muitas mulheres e alguns homens, muitas
vezes consideradas informais, pontuais e precárias servem de base para se criarem
negócios, a partir das famílias, bairros ou comunidades, com vista a complemen-
tar ou a gerar o seu sustento e a manter a vitalidade societal e política da sua
comunidade. É interessante constatar que tessitura social e negócio parecem ser
duas faces da mesma realidade em que diferenças se articulam para realizar o
objectivo comum: afirmar socialmente mais do que a sobrevivência, a possibili-
dade de uma existência com dignidade própria.

A comprovação da grandeza e importância do chamado ‘sector informal’ da
economia moçambicana é difícil de ser feita com os instrumentos disponíveis
pelas agências de consultadoria internacionais pois são incapazes de captar e cate-
gorizar a diversidade, intensidade e a relação do visível e do invisível presente nestes
negócios. Porém, a epifania social e organizacional destas/os empresárias/os nos
bazares, ruas e mercados, assim como alguns estudos macroeconómicos, mostram

(16) Cf. Santos, 2009; Cattani, 2009; Freire, 1975.

a existência concreta e a magnitude destes circuitos económicos tomados como excêntricos mas que, na realidade, são centrais e vitais. O Instituto Nacional de Estatística de Moçambique¹⁷ define a economia informal como sendo as,

actividades caracterizadas por um baixo nível de organização com divisão limitada ou inexistente entre trabalho e capital e relações de trabalho, geralmente baseadas em colaboração ocasional, de relação familiar ou de amizade, ao invés de contratos formais e afirma que em Moçambique o sector informal constitui uma parte relevante da economia do país.

Teresa Cruz e Silva¹⁸ no seu trabalho sobre *Gestão comunitária de serviços sociais em Moçambique* chama a atenção para o facto de que a utilização dos conceitos de formal e informal muitas vezes é difusa, confusa e ambígua, sobretudo em sociedades em que a porosidade, os contactos e as sobreposições entre várias iniciativas económicas são correntes e fundamentais para a sua funcionalidade. Ainda assim, ela especifica que se deverá ter em conta que o ‘sector informal’ pode ser considerado aquele em que os

indivíduos participam numa actividade comercial, sem possuir licença legal para o seu exercício, e que não sendo directamente taxada, e portanto não reportada oficialmente, no geral, está abrangida pelo pagamento de taxas específicas às autoridades municipais.

Contudo, o crescimento e a complexidade do sector mostra que existe um número assinalável de pessoas cujos negócios podem estar fora de qualquer norma estatal ou municipal mas são controlados e taxados pelas associações locais dos mercados e bazares. Muitos outros ficam de fora de qualquer tipo de cadastro ou sistema de regulação mais ou menos permanente. António Francisco e Margarida Paulo¹⁹ chamam a atenção para a profunda diversidade e dos trânsitos entre actividades e agentes legais e ilegais que constituem a chamada realidade da ‘informalidade’ económica no país.

Em países em que as populações têm acesso restrito à moeda e ao crédito bancário o chamado ‘sector informal’ além de relevante do ponto de vista económico é uma projecção organizada e pública de sistemas de solidariedade, poupança com vista ao investimento, crédito e limitação da mercadorização de produtos e relações sociais essenciais à vida. Estas características fazem com que estejamos em

(17) Cf. República de Moçambique, 2006: 13.

(18) 2001:10.

(19) 2006: 8; 41 e ss.

presença de uma ecologia de saberes, instrumentos e metodologias produtivas e comerciais muito pouco perceptíveis, ou mesmo invisíveis, para os sistemas convencionais de avaliação e categorização económica de matriz capitalista. Como explica a definição do INE, estes circuitos comerciais baseiam-se em outros tipos de contratualização e de articulação entre capital e trabalho o que não significa que não sejam constituídos por uma racionalidade económica eficaz e eficiente e tenham certas características de exploração e dominação. Apesar de estarem fora dos licenciamentos formais não são actividades desorganizadas nem meramente ocasionais como nos ajuda a compreender Teresa Cruz e Silva e António Francisco. Ao contrário, o chamado ‘sector informal’ é relevante, organizado, produtivo e durável pois a maioria de pessoas de Moçambique tem conseguido, a partir dele, produzir e distribuir riqueza e sustentar as suas vidas ao longo de muitos anos. É a sua excentricidade económica para o paradigma capitalista com que estas comunidades munidas com diversas ecologias de conhecimentos têm estado a enfrentar e a ultrapassar as crises provocadas por guerras, ajustamentos estruturais e colapso ou recomposição dos sistemas financeiros globais.

Não se trata nem de romantizar a situação dos milhões de pessoas que trabalham e vivem do ‘sector informal’ nem fazer a troca do capitalismo hegemónico por esta economia de invisibilidades. Trata-se sim, de chamar a atenção que, excluídas do emprego, salários e acesso à divisa do país, as pessoas, e em particular as mulheres, não deixaram de imaginar e praticar outras formas de regeneração económica em escalas de maior ou menor proximidade com resultados que mostram a sua capacidade organizativa, financeira e de gestão de recursos, como procurarei detalhar adiante.

O *Instituto Nacional de Estatística de Moçambique* não nos diz quantas mulheres operam e trabalham no ‘sector informal’ na cidade de Maputo mas diz-nos que em 2005, segundo o inquérito nacional: 1/ 48.4% da força de trabalho da cidade é feminina o que corresponde a cerca de 262.900 mulheres; 27.4% das pessoas de Maputo exercem actividades no ‘sector informal’, 32.7 no sector formal e 39.9% estão desempregadas²⁰. Mesmo tendo em consideração uma distribuição desigual pelas diversas categorias, e sabendo-se que há meninas e meninos que não são consideradas/os na categoria ‘força de trabalho’ mas que de facto têm

(20) Cf. República de Moçambique, 2006: 82-85. É de notar que a categoria de desempregados, muitas pessoas estão, de facto a exercer uma qualquer actividade profissional mais ou menos regular e de maior ou menor impacto económico e que não estão a ser captadas e estudadas como actividades do sector informal mas que com ele partilham muitas características. De outro modo ficaria por explicar a própria viabilidade física de Moçambique ou tornar refém a cidade de Maputo de uma visão que só consegue observar mendicidade e roubo. Não creio ser aceitável esta simplificação da sociedade Maputense.

uma ocupação laboral, pode inferir-se que em Maputo existem várias dezenas de milhar de mulheres que trabalham e vivem conjugando a sua agência no chamado ‘sector informal’ com outras actividades económicas produtivas de renda e recursos.

Face a estas condições de vida, muitas mulheres e homens recuperam, inventam e actualizam práticas sócioeconómicas que são postas ao serviço de uma interpretação da sua realidade e da resolução dos problemas que ela lhes impõe. Como mostra Catarina Trindade²¹, o *xitique* é uma dessas agências que está em actividade apresentando-se, do meu ponto de vista, como sendo bastante mais do que uma simples tecnologia de sobrevivência. *Xiticar* tem objectivos extra-económicos e contribui, entre outras coisas, para a coesão social, controlo dos recursos existentes, identidade e afirmação pessoal e comunitária.

3. TÓPICOS METODOLÓGICOS

Este texto principiou aquando da minha pesquisa de campo (2008-2009) sobre as estratégias de vida e de autoridade das mulheres mais pobres de Maputo. Foi nessa atmosfera de investigação que, não só encontrei agências e subjectividades que desafiavam através da sua intensa e persistente criatividade os conceitos de emancipação das mulheres, como muitas práticas que, em contextos de uma extrema hostilidade cultural e económica, resultam em processos de controlo, de autoridade e de dignificação do estatuto das mulheres nas famílias e comunidades. De entre essas tecnologias sociais estavam os grupos ou rodas de *xitique*. O material recolhido nesses dois anos de trabalho de campo sendo relevante não se centrava na pragmática do *xiticar*. Foi a partir do enunciado da hipótese de que o *xitique* é uma prática com potencial epistemológico feminista para uma crítica da economia política dominante que desenhei e preparei uma terceira fase de pesquisa. Realizada uma revisão da literatura disponível em Portugal, introduzi marcadores de análise qualitativa sobre o *xitique* nas entrevistas realizadas para em seguida mobilizar a colaboração de vários centros de investigação²² e prosseguir com um estudo de campo em Maputo em Fevereiro e Março de 2011.

A metodologia do trabalho de campo foi orientada por instrumentos e técnicas qualitativas, etnográficas e de pesquisa bibliográfica endogénica. Realizei: 1/ 17

(21) Cf. Trindade, 2007 e 2011.

(22) Esta pesquisa de campo foi financiada pela Fundação Caloust Gulbenkian e apoiada pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, o Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane e acolhida em Maputo pelo Instituto de Investigação para o Desenvolvimento José Negrão.

entrevistas em profundidade e semiestruturadas a 13 senhoras e 4 cavalheiros activos em diversos sectores da chamada economia informal²³; 2/ manteve conversas informais e fez observação de práticas nos bazares, bairros e redes locais de solidariedade como famílias, associações, grupos religiosos, entre outros; 3/ registei em áudio, fotografia e vídeo alguns episódios das práticas de *xitique*. Atribuí especial atenção às narrativas quer as orais quer as escritas, através das quais o conhecimento sobre o *xitique* é significado e reproduzido retoricamente. A narração é também uma actividade de democratização discursiva pelo que se entende que, com ela, o valor heurístico e epistemológico do narrado pode ser ampliado. A interacção que as entrevistas em profundidade e repetidas admitiram produziram duas actividades que não estavam previstas no dispositivo metodológico inicial. Por um lado as *visitas de estudo*, ou seja, visitas aos locais de vida e actividade das pessoas entrevistadas e dos seus grupos a convite delas e com a intenção de fazerem conhecer as suas dificuldades mas também os seus sucessos. Por outro lado, a narração das práticas de *xitique* fomentou trocas de experiências entre a equipa de pesquisa e as pessoas entrevistadas que passaram também a entrevistar revelando a importância da dialéctica e da dialogicidade dos conhecimentos. A constelação epistemológica verificada nas conversas conduziu à prática de uma tradução com sentido duplo e pedagógico através de intercâmbio de ideias e também de propostas concretas.

É interessante mencionar, pois os contextos são sempre uma parte dos textos, que estas entrevistas foram realizadas durante todo o mês de Fevereiro de 2011 durante o qual estavam a ocorrer os protestos em vários países do norte de África e aos quais as pessoas não estavam indiferentes potenciando críticas às políticas internas de Moçambique. Neste sentido, para além do *xitique*, tomado na sua aceção mais pragmática, a atmosfera de contradição internacional e de contestação em ordem a uma mudança substantiva da situação política e social em países do continente, facilitou a emergência de análises sobre as vias subterrâneas da revolta social que ocorre também em Moçambique. Não sendo objectivo deste trabalho a análise das interpretações acerca das políticas que estão em execução assim como as respostas que são necessárias para corrigir danos e trajectórias entendidas como erradas e injustas em Moçambique, deixarei para um trabalho subsequente a análise e a problematização da imaginação rebelde e informada de muitas das subjectividades políticas moçambicanas com quem tenho vindo a trabalhar.

(23) Os dados detalhados sobre as pessoas e as entrevistas encontram-se disponíveis no relatório de trabalho de campo apresentado a todas as entidades envolvidas.

4. A ARTE DE XITICAR NUM MUNDO DE CIRCUNSTÂNCIAS NÃO IDEAIS.

O *xitique* tem vindo a ser analisado pela literatura académica²⁴ como uma prática comum de poupança colectiva e de crédito rotativo entre um grupo restrito de pessoas, normalmente mulheres, com o objectivo de adquirir bens, produtos e serviços que de outra maneira não lhes seriam acessíveis mediante a escassez de moeda com que vivem.

Perante os discursos as práticas observadas ao longo do meu trabalho de campo em 2008 e 2009 na cidade de Maputo, nos mercados informais de ‘Xipamanine’, ‘Malanga’ e ‘Xiquelene’, junto de vendedores e vendedeiras de rua assim como com lideranças femininas locais, esta definição dominante sobre o *xitique* começou a revelar-se simplista e insuficiente. As sociabilidades e experiências associadas ao *xitique*, ou àquilo que muitas pessoas denominam de *xiticar*, indicavam que nelas se condensavam muitas outras ferramentas não apenas económicas e de sobrevivência. A pragmática do *xitique* mostrava-se imbuída de uma ética com especificidades extra-económicas e uma estética inserta em relações sociais complexas e ricas em variações, detalhes, significados e códigos de conduta. Deste modo, tornou-se claro para mim que o *xitique* estava para além de uma estratégia de sobrevivência das pessoas mais empobrecidas dos chamados mercados informais de Maputo, porém responsáveis pela maioria das transacções económicas e trocas comerciais, com e sem moeda, da capital do país. Uma outra ordem de razão começou a tornar-se clara: o *xitique*, aparecia no meu estudo empírico e na minha reflexão como compatível como uma pragmática com virtualidades éticas, estéticas e socioeconómicas não-capitalistas, feministas e pós-coloniais. A constatação de que eu estava a participar na observação de alguma coisa excêntrica, outra, diversa levou-me a procurar nela um pensamento sociológico virado para o futuro ainda que seja chamada de tradicional e ancorada em experiências alimentadas de geração em geração. As senhoras das rodas de *xitique* com os seus telefones celulares cuidadosamente guardados nos seios e eficazmente utilizados nas suas rotinas diárias fizeram-me perceber, progressivamente, que não estava perante um arremedo, uma qualquer actualização do tradicional ou de uma emissão postal analógica do pré-colonial. Estava sim localizada e imbricada num real cujas sociabilidades podem ser mestiças na sua dimensão mais aparente mas que já estão para lá de uma análise simplista de colonialidade.

A minha análise dos materiais recolhidos, observações realizadas e dos discursos orais das pessoas entrevistadas e da literatura conduziu-me a dois conjuntos principais de questões que problematizarei e teorizarei em seguida. O primeiro

(24) Cf., entre outros e a propósito do *xitique* e da pobreza em Moçambique, os estudos de Nuno Castel-Branco, João Mosca, António Francisco, Fion de Vletter, Luís de Brito, Catarina Trindade.

conjunto de questões relaciona-se com uma economia política do *xitique* que permite articular não apenas a ferramenta económica de que se reveste mas também os demais elementos éticos, estéticos e políticos que emergem das práticas e discursos das pessoas que *xiticam*. O segundo conjunto decorre de uma regularidade discursiva, de um padrão retórico que denuncia uma visão muito crítica das mulheres sobre os homens e as suas limitações para prática do *xitique*.

4.1. Contrariando a ideia de que o *xitique* é um mero sistema de créditos de poupança rotativos

O *xitique* é uma palavra *tsonga* que é traduzida para a língua portuguesa, comumente, como poupar ou amearhar. Contudo ao longo das entrevistas que fui realizando foram surgindo mais significados da palavra reforçando a ideia de que o *xitique* é colocar alguma coisa de lado mas não apenas em benefício de si mas do grupo, através da força do colectivo. É levar a cabo um objectivo que aumenta a coesão da comunidade envolvida. A senhora Páscoa Marrengula²⁵ explica que

sim, vamos juntas, vamos em associação. Foi [fomos] comprar aquilo que a pessoa, esta pediu. Então obrigamos ir em conjunto chegar e gasta.

Ou como diz a senhora Elsa Tuzine o *xitique* pode

facilitar o processo. É, essa pessoa é ainda longe de receber mas se tiver problemas pede e é ajudada. Leva mais cedo mas sempre tem que contribuir.

Entendi assim, que o recurso discursivo a várias semânticas da palavra *xitique* indicava, por si mesmo, um conjunto de significados societais que extrapolavam a ideia de poupança enquanto uma simples ferramenta de acumulação de moeda com o fim de obter uma certa capacidade económica e financeira num futuro mais ou menos próximo. De facto, se nos ativermos à simples mecânica do *xiticar*, o que somos capazes de distinguir de imediato é o seguinte: um grupo restrito de pessoas decidem sobre uma determinada quantia em dinheiro que regularmente

(25) Utilizarei neste texto alguns excertos das transcrições das entrevistas realizadas durante o mês de Fevereiro de 2011. Os materiais originais estão disponíveis no relatório que está referenciado. Faço a opção de transcrever literalmente as versões orais gravadas por duas ordens de razão. A primeira tem que ver com o esforço de não aumentar o ruído da comunicação pois sabe-se que falar, gravar, ouvir e transcrever são operações que modificam, que intervêm na qualidade da discursividade em acção. Em segundo lugar porque a língua portuguesa é diversa, integra variedades de construção frásica e sintáctica, semânticas e regências não canónicas que constituem, a meu ver uma riqueza que deve ser valorizada e tornada explícita.

colocam num *mealheiro* comum para, em seguida, cada uma delas receber esse montante acumulado numa ordem sucessiva previamente estabelecida pelo grupo. Estes grupos são constituídos por elementos da mesma família, grupos de colegas, grupos de amigas/os, isto é, grupos em que a coesão interna já existe, é possível e pode ser mantida. Tal como a senhora Rosalina Gomane diz:

– Faço o xitique com as minhas colegas, a minha cunhada, minha vizinha, minha amiga. (...) Somos seis. (...) Na igreja também temos a devoção de tirar cinquenta contos para juntar para podermos comprar louça (...) para comprar capulanas²⁶, somos um grupo da igreja.

À medida que a lente de resolução social aumenta pode distinguir-se que *xiticar*, fazer *xitique*, participar num grupo de *xitique* é bastante mais do que partilhar um mealheiro e receber dinheiro à vez. O primeiro acto distintivo é que o *mealheiro* não é um objecto físico mas a confiança agregada do grupo numa pessoa que passa a ser guardiã das poupanças de todas e todos. A senhora Esmeralda Maposse a este respeito assume essa incumbência: *Eu é que tenho que escolher a quem vou dar. É uma grande responsabilidade mas eles confiam muito em mim.* É uma pessoa que guarda e se responsabiliza pelos recursos da pequena comunidade e que terá de prestar contas sobre eles e sobre a sua utilização. Esta pequena grande diferença presta-se a considerar que o *xitique* envolve uma ética comportamental e de grupo assim como promove uma estética nos momentos de recolha e de distribuição dos recursos. A pessoa responsável pelo *xitique* não se limita a entregar o dinheiro mas deve também promover o envolvimento de todo o grupo no processo e organiza um momento celebratório *quasi* ritual para que cada um dessas passagens de recursos seja um acto colectivo de reforço mútuo. A senhora Elsa Tuzine descreve algumas dessas intencionalidades que estão para além de trocas monetárias, presentes mútuos ou fluxos de dinheiro mesmo dentro de uma rede de proximidade:

O xitique de família depende do acordado. Cada mês vão a uma pessoa da família isso faz com que os filhos conheçam os tios os sobrinhos. Porque cada um vai para o seu serviço e não tem tempo de fazer conhecer a família, sendo assim, é uma coisa forte para reactivar a familiaridade.

(26) Capulana é um pedaço de pano estampado (normalmente com 2 metros por 1,5 metro) que as mulheres utilizam para cobrirem as ancas e as pernas como se fosse uma saia. Para além desta função básica e popular, as capulanas podem ser usadas em momentos especiais como os nascimentos, cerimónias importantes, como dotes, ou terem funções utilitárias como servirem de peças decorativas em casa, cortinas, entre muitas outras coisas. As capulanas em Moçambique são também utilizadas para tornar públicas e disseminar mensagens através do seu uso no corpo das mulheres ou como toalhas de mesa de conferências, painéis de parede ou outros modos de exposição. Os padrões e as cores são muito variados e estão em permanente processo de inovação e criação.

Ela continua realçando que os grupos de *xitique* têm uma função de integração e até de inclusão social quando explica que ao constituir um grupo

há que ver o modo de vivência de cada um. Há aquelas pessoas [que são] uma mágoa social... socialmente não são boas pessoas mas como já estão naquele grupo a sua mentalidade muda. Vão ser um pouco sociais naquele grupo.

Esses momentos, em muitos casos, são acompanhados de comida, de bebida, dança e troca de capulana ou outros pequenos presentes dentro do grupo e na presença das crianças que são socializadas, desde cedo, nesse festejar do dia em que *sai o xitique*. A senhora Esmeralda refere que

– de momento, o xitique que estamos a fazer de festa não é para dar não é para a pessoa receber é para nos reunirmos para não haver separação. A gente faz esse xitique mensalmente, são quinhentos meticais. A gente compra a comida, a bebida. (...) Nós compramos a comida, compramos a capulana, compramos a mukume e a vemba²⁷ para uma pessoa nesse mês, nós vamos para essa pessoa nesse mês, e a camisa para o homem. Mas aquilo é uma forma de convivermos, não é?

Ao observar e ao ouvir as narrações sobre o *xiticar* outros assuntos de notável valor reflexivo foram emergindo. O *xitique* exige da parte das pessoas integrantes do grupo competências económicas tais como: 1/ disciplina orçamental, pois implica uma análise do orçamento disponível e das despesas essenciais; 2/ saber fazer uma cabimentação rigorosa e perseverante tendo em conta os objectivos traçados; 3/ saber fazer planos de poupança com vista ao investimento, isto é, a poupança não é mera acumulação, cega nem se justifica por si mesma. Não é uma simples maneira de aforrar mas sim de criar condições de investimento na habitação, educação, empresa, entre muitas outras coisas. As senhoras explicam essa disciplina orçamental em ordem aos seus investimentos de diversas maneiras. A senhora Páscoa diz que se uma pessoa

– tem falta de casa vai construir a casa. Se construiu e não tem nada lá dentro, quer comprar um armário, quer comprar um armário, uma mesa (...) para fazer xitique é preciso fazer um plano.

No caso da senhora Angélica os investimentos e as circunstâncias foram outros:

– como separei muito cedo do meu marido, há 27 anos, foi assim que consegui dar escola às minhas filhas com este dinheiro. (...) Você tem um plano, não pode falhar.

(27) *Mukume* são duas capulanas unidas por um bordado que servem de lençol ou para a decoração da cama. *Vemba* é um lenço de cabeça feito do mesmo tecido das capulanas.

A senhora Esmeralda chega a fazer considerações que já envolvem outros factores quando diz que:

– é uma forma de guardar dinheiro, é como um banco, é uma forma de assegurar o dinheiro para uma obra mas também consegue-se fazer uma coisa que se pretende.

Mas a senhora Elsa explica a diferença deste sistema bancário:

– O Tchuma²⁸ dá dinheiro mas também cobra taxas altas mas também o critério é avaliar a sua casa, os bens o que você tem. Se não tem nada não vale a pena. Mas dentro da organização cada uma dar uma contribuição (...) podemos.

Sem dúvida que todos estes procedimentos requerem planificação e uma racionalidade lúcida e consequente ou como diz Esmeraldo Maposse,

– Eu tenho que usar a cabeça.

A contabilidade acerca dos recursos disponíveis é cuidadosamente feita e organizada. A senhora Angélica menciona com clareza que o seu grupo de *xitique* tem presidente, tem secretário, tesoureiro, tem que escrever os nomes, assinar. Da mesma forma os planos de investimento são faseados, calculados com base na capacidade financeira, oportunidade, disponibilidade do mercado, urgência ou prioridade. Ela continua demonstrando a forma como foi priorizando e atingindo os seus objectivos.

– De outra vez eu consegui comprar um terreno, consegui juntar para construir a casa. (...) Consegui com o xitique fazer uma casa com quatro quartos e uma casa de banho. Agora vou comprar o fogão. Fiz casar a minha filha, fiz a minha contribuição.

Em terceiro lugar o acto de *xiticar* inclui a definição participada e democrática de uma política de redistribuição e controlo social sobre aquisições e consumo. Isto quer dizer que a ordem da redistribuição do montante total é decidido pelo grupo podendo haver alterações nessa ordem em casos considerados relevantes e desde que haja um acordo de todas as pessoas. Isto requer controlo social, debate, argumentação colectivos. O mesmo se passa sobre as aquisições ou o consumo de bens, serviços ou produtos que é feito a seguir ao recebimento do *xitique*. Em muitos casos o grupo assegura-se que o dinheiro é gasto naquilo para que estava destinado e acordado segundo um plano de coerência da gestão individual dos recur-

(28) O Tchuma é um banco moçambicano de microcrédito. Ver o trabalho de Catarina Trindade.

so conseguidos através do esforço colectivo. A importância das aquisições em termos de consumo é conversada e passa por uma discussão entre o grupo embora a decisão final seja outorgada à pessoa que quer fazer um determinado investimento ou compra. Esmeralda fala dessas opções:

– Há uma outra forma de fazer xitique. É uma pessoa pretender uma coisa. Olha eu quero um fogão a gás. Não é ela a comprar, o dono de dinheiro. Assim que o dinheiro está comigo eu levo eu vou com uma ou duas pessoas que estão connosco no xitique e ela está connosco e vai escolher o fogão que ela quer sim, a gente compra o fogão e depois vamos entregar.

As variações encontradas na forma de fazer o *xitique* nem sempre contemplam todos estes mecanismos socioeconómicos mas, de uma forma geral, a prática revela-se organizada e informada por uma ética de conduta em que se destacam as competências acima referidas assim como, a força da comunidade, a coesão social, a confiança mútua, a persistência, o trabalho, a produção alternativa de riqueza ou recursos e a justiça, em escalas de proximidade.

A prática do *xitique* inclui registos escritos, cálculo, contabilidade organizada e um acervo do histórico das actividades dos grupos. O recurso à escrita é quase constante assim como a emissão de títulos de crédito e a apresentação de contas através de balancetes periódicos. Estou convencida que as aprendizagens escolares da escrita, leitura e do cálculo encontram aqui significados reforçados de funcionalidade e utilidade social pelo que, pensar no *xitique* como uma estratégia de educação popular parece-me apropriado. A educação popular entendida como a conscientização dos grupos e das comunidades e do desenvolvimento de competências de interpretação, análise, registo e comunicação, que passam também pelo escrito, estão na base da actividade de *xiticar* ainda que não sejam entendidas nem desenvolvidas enquanto tal. Esta potencialidade endógena do *xitique* é suficientemente forte e evidente para não ser descartável de uma análise de uma economia política pós-capitalista. O *xitique* pode constituir também, uma instância educativa popular de valorização de aptidões e aprendizagens não escolares porém vitais, relevantes e úteis nas sociedades em causa e na consolidação e ampliação de conhecimentos dos grupos em diversas áreas dos saberes e da sua capacidade de reflexão sobre si e sobre a sociedade em geral.

4.2. A visão das mulheres sobre os homens que dizem fazer xitique

Como deixei claro acima, o *xitique* é, maioritariamente, praticado e gerido por mulheres. Tanto os *xitiques* de colegas, amigas ou familiares, regra geral são orga-

nizados e liderados por mulheres escolhidas entre todas das do grupo. Isto não quer dizer que não haja homens envolvidos e que estes, em determinadas circunstâncias, não exerçam um protagonismo equivalente ou até superior ao delas. Contudo, o meu estudo mostra que são as mulheres que estão mais comprometidas com o *xiticar*.

Esta questão merece alguma atenção por várias razões. Por um lado, as mulheres parecem desejar ter espaços de mulheres, ou seja, elas querem *estar à vontade* entre elas o que seria perturbado pela presença de homens. Este argumento deve ser aprofundado pois parece que não se trata de excluir os homens mas de garantir o repúdio de qualquer tipo de cooptação masculina sobre esse espaço-tempo das mulheres. A senhora Rosalina Gomane é peremptória:

– *Somos nós. Eles não entram aí. Eles têm outra associação deles, lá.*

Pelas narrativas e estudos já elaborados, a segunda razão prende-se com a capacidade de criar um espaço de autoridade entre pares por parte das mulheres mas que extrapola, muitas vezes, o grupo. Trata-se do exercício da autoridade e de controlo: controlo sobre o conhecimento acerca do montante que conseguem ganhar com o seu trabalho; o controlo sobre o modo como o gastam; o controlo sobre o processo de decisão e de gestão dos recursos disponíveis. Estes espaços são considerados de efectiva emancipação das mulheres relativamente ao potencial de dominação pelos homens. Surgem nos discursos e no ênfase colocado em algumas expressões retóricas como alguma coisa de importância vital para elas. Mas a realidade não é baça nem uniforme pois este caminho de emancipação gera, em contrapartida, outros problemas que elas estão a equacionar e a tentar resolver. As soluções não sempre iguais nem presididas pelos mesmos critérios. É, do meu ponto de vista, importante notar que uma análise feminista do *xitique* pode ser também uma crítica feminista aos feminismos abissais. As palavras de Telma Mbeve são bastante claras a este respeito:

– *Problemas mesmo algumas é com os maridos, com os maridos porque os maridos quando começaram a ver que elas estava a ganhar mais algum dinheiro do que eles, já podiam resolver algumas coisas, já não pediam [dinheiro] começou a haver situações. Por exemplo de haver uma machamba²⁹ muito mais longe:*

– *Tens que ir a um outro distrito para ver uma outra machamba.*

– *Porquê se eu tenho uma machamba aqui?*

– *Tens que lá ficar uma semana ou mês.*

(29) Uma *machamba* é uma horta ou um campo mais ou menos extenso de cultivo de várias espécies alimentares essenciais para cada família.

Havia maridos que estavam felizes com o que estava a acontecer porque naquela zona onde nós estávamos a estudar (..) porque tudo estava resolvido pelas mulheres porque cada marido é marido de quatro mulheres.

(...)

Resolver não resolveram, pelo menos como nós. Elas procuram ir levando fazendo equilíbrios.

Em terceiro lugar, a ética do *xitique* nos termos em que a parecem colocar nos seus discursos, é exigente relativamente ao comportamento mais comum dos homens. Elas vão assegurando que muitos homens não conseguem ser disciplinados o suficiente para fazer as entregas, esperar pela sua vez para receber e, sobretudo, cumprir com os planos de investimento e consumo previamente acordados. A senhora Angélica Paulo narra assim as suas convicções a este respeito:

– Os maridos fazem xitique. (...) Os homens são malandros é por isso que nós preferimos fazer a nossa parte e eles fazem a parte deles. Nós somos seis. Nós dizemos que somos seis ele diz que são três ou quatro e traz pouco dinheiro. O resto está no bolso vai à vida e gastam em bebida, mulheres!

Elas fazem uma crítica acérrima destas incompetências masculinas com as quais não desejam contaminar os seus grupos. Para além destes argumentos elas alegam ainda que os homens têm os seus próprios grupos e nada os impede de *xiticar* a não ser a sua imaturidade e inépcia para cumprir as suas próprias promessas. Porque para se entrar num grupo de *xitique*, afirma a senhora Páscoa, *tem que ser uma pessoa de confiança* enquanto Angélica sublinha que *xitique é compromisso*³⁰. As narrativas das mulheres são ainda mais acutilantes quando justificam a exclusão ou, pelo menos, a diferenciação comportamental entre mulheres e homens nos grupos de *xiticar*. Elas descrevem-se realçando a sua comprovada dedicação ao bem comum do seu grupo ou família, indicando que os seus investimentos são, sobretudo, para a aquisição de bens de consumo colectivos como comida, educação das crianças, habitação ou cuidados de saúde. Na realidade, as mulheres fazem *xitiques* também em proveito próprio como a aquisição de capulanas, *mukumes*, *vembas*, lenços ou produtos de beleza; viagens ou inves-

(30) Em nenhum momento das diversas entrevistas me foi relatado algum acontecimento concreto em que alguma mulher não tenha sido fiel aos seus compromissos do *xitique* ou tenha tido um comportamento desadequado perante o seu grupo. As narrativas construídas eliminaram esses episódios do repertório retórico com que querem descrever e analisar as suas práticas de *xitique*. No entanto, através de conversas informais ou de algumas observações mais ou menos subtis entre elas, percebe-se que muitas conhecem ou já experimentaram situações de desonestidade de mulheres em algum grupo de *xitique*. Porque não foi objecto de reflexão delas e deles, opto neste texto, por não tematizar este assunto.

timentos para o seu negócio; festas de *lobolo* e anelamento³¹ ou outras iniciativas que providenciam o seu bem-estar e estatuto. Contudo, elas argumentam que mesmo quando os seus investimentos lhes são dirigidos elas não perdem a noção das necessidades do grupo ou da família. Ao contrário dos homens a quem atribuem, repetidamente, uma quase total inabilidade social que resulta no abandono e na escassez de quase tudo dentro da família ou do grupo e no esbanjamento, sem preocupação pelo colectivo, dos recursos angariados. Estas componentes reflexivas e críticas acerca da socialização e da ética de conduta diferenciada entre os sexos não deixa de ser um forte sinal de compreensão do carácter social das injustiças e das desigualdades que estão relacionados, não com determinismos biológicos, mas com mecanismos culturais e sociais para os quais elas estão a encontrar estas respostas sem fazer desarticular, por completo, o grupo ou a família.

Para finalizar é reveladora a conversa que mantive com a mamã Isabel durante uma viagem ao interior da província de Gaza. Com base nas nossas falas e troca de confidências transcrevo as minhas reflexões inscritas no meu diário de campo³² no dia 20 de Fevereiro de 2011:

A mãe Isabel é mais uma daquelas mulheres que tem uma parecida história para contar. É só parecida porque a dela é a dela, da Zabéliané, como se diz lá em casa da mãe e do pai. É a daquele homem que dizia ter amigos tão bons tão bons que todos os dias pagavam uma bebedeira diferente e que quando chegava grosso a casa os cigarros seguiam continuamente quer os lábios dormissem ou não e os pulmões puxassem ou não os fumos internos e externos. Também sobre os xitiques ele mentia, dizia que tinha reunião de xitique e que todos os meses era assaltado, assaltado de uma grande sede interior, diga-se para esclarecimento geral, e ficava pelo caminho da malandragem que o assomava. E assim se perdiam para sempre as contribuições prometidas e juradas à mulher. Ela sem expectativa e dizendo que doída que fui deixar a casa da minha mãe para viver com este traste (hoje estou a gostar da palavra traste para designar este tipo mais comum de maridos) viveu assim até ao dia que ele perdeu a vida e com ele a filha mais nova. Em seguida a irmã da mamã da Isabel perde a vida mas deixa-lhe cinco crianças para juntar às quatro que ela já tinha.

Ela alinhou as chinelas de dedo que já só eram metade, fincou os calcanhars na terra que era onde não chegavam as suas chinelas de dedo e foi trabalhar antes de ir para a escola onde era professora. Das cinco às oito lavava roupa, passava a ferro, fazia biscates e depois também. As chinelas aguentaram tudo o que ela também aguentou mas homem para marido nunca mais

(31) O *lobolo* é um sistema de dote que conduz ao casamento ou consagra um casamento segundo procedimentos consuetudinários. O anelamento é referido como a cerimónia pública do casamento em que há troca de anéis entre os esposais.

(32) Cf. Cunha, 2011.

porque assim, a minha cabeça até pode descansar! Zabéliané não tem dúvidas acerca do que há fazer na vida ainda que a cabeça não consiga imaginar. Ela no silêncio dela é apenas mais uma mulher a pensar e a elaborar as suas resistências, as suas piadas, as suas capacidades para perverter as coisas e quando ousa dizê-lo em português, porque estamos todas a desafiar os padres com as nossas brincadeiras mais sérias que sérias são, as sessões parlamentares sobre as leis que regem o país. A Isabel demonstra-se então em toda a sua grandeza e arguição esmerada acerca do que afinal é apenas o disfarce que gosta de usar para manter a cabeça fria e continuar a resistir e a construir. Pois é essa a melhor característica que, por aqui entendo, se passa incólume de geração em geração: se resiste mas não é para que se aguenta mas para construir as revoluções que ainda nem são visíveis nem nada mas são cometidas todos os dias ainda que a narrativa mestra lhe chame de tudo: pobreza, subdesenvolvimento, incapacidade, preguiça ou simplesmente they don't really care!

5. NOTAS FINAIS

A literatura que pude analisar trata em geral o *xitique* como um objecto antiquado, de sobrevivência bastando-lhe descrevê-lo de forma mecânica e relacioná-lo com outras práticas económicas consideradas tradicionais³³. O seu valor para uma visão outra sobre o desenvolvimento através de uma economia não-capitalista é, em geral, relacionado com o facto de poder ser interpretado como *mais* um modo ancestral de conhecimento, actualizado e reapropriado nas condições actuais mas sem valor socioeconómico *per se*. A minha observação empírica e a minha reflexão levam-me a considerar que estas análises escondem mais do que aquilo que mostram. Em primeiro lugar, não valorizam suficientemente os recursos endógenos da sociedade moçambicana para redistribuir riqueza e implementar a justiça. De muitas formas continuam a utilizar os modelos capitalistas de desenvolvimento como paradigmas comparativos que, do seu lugar de enunciação, só conseguem vislumbrar o *xitique* e outras tecnologias socioeconómicas como um recurso do precário, da resistência à insolvência, enfim, um apelo contemporâneo e desesperado ao atávico por *natural* incapacidade de produzir conhecimentos novos, outros e insubmissos.

(33) Em duas conversas informais com pesquisadores em Maputo detectei que estes atribuíam valor acrescentado ao *xitique* quando encontraram, na província de Nampula, grupos de mulheres cujo *xitique* se transformou num banco de empréstimo a juros. A apropriação de uma prática capitalista dentro do *xitique* pareceu-me o motivo de atracção da atenção dos investigadores sociais o que apoia a minha convicção que as análises estão ainda demasiado sujeitas à comparação com os mecanismos e modelos capitalistas.

A partir de um modelo em que qualquer acumulação de capital seja central, é certo que o *xitique* e outras racionalidades económicas que tais só podem ser entendidas como uma arte de poupar em conjunto para depois despender em bens de necessidade básica o que é pouco mais do que a tragédia diária da sobrevivência. A minha tese, apoiada numa análise feminista e crítica, é que há na prática de *xiticar* um pluriverso de artes e pragmáticas socioeconómicas cujo valor heurístico rompe com o modelo de acumulação capitalista. Por outro lado, evidencia o dinamismo da sociedade moçambicana na produção de alternativas viáveis que são respostas concretas e em acção às leituras e interpretações que faz dos seus problemas e limitações. O *xitique* é uma manifestação das agências e racionalidades eficazes que estão a tecer a rede social em Moçambique. Estas racionalidade não recorrem à mera repetição daquilo que é chamado de tradicional mas refazem, ressignificam e reelaboram, estrategicamente; revalidam saberes, dispositivos, relações e objectivos. A dignidade, a alegria, a capacidade de construir e atingir objectivos estão presentes quer nos resultados concretos dos *xitiques* estudados – compra de terra, blocos, cristaleira, capulanas, pagamento de propinas, festa de casamento – quer na narração que deles fazem as suas protagonistas por isso argumento que não é apenas de um modo simples e repetitivo de fazer face aos problemas.

Não se trata de inverter as realidades e tornar o *xitique* numa panaceia ou reduzi-lo a um modelo económico não-capitalista eficaz e eficiente *per se*. Ainda que se trate, no meu entendimento, de uma socioeconomia com valor intrínseco é claro que, em si mesmo, não é um paradigma económico; não é extrapolável para uma escala macroeconómica por si mesmo; não tem capacidade de produzir riqueza e a redistribuição que fomenta é condicionada a microescalas. É uma prática, entre muitas outras, que têm que ser pensadas e articuladas politicamente *para o governo da casa*, para que se possa chegar a visualizar alguma coisa que possamos designar, ainda que provisoriamente, de pós-capitalista.

São três as observações finais que apresento neste texto. A primeira é que qualquer teorização económica pós-capitalista não vai poder ignorar que a riqueza tem que ser gerada e distribuída de forma a aumentar o conforto e a diminuir os sacrifícios de todas as pessoas. Não basta redistribuir mas promover o bem-viver e o bem-estar de todas e todos para que uma economia solidária não se transforme em distopia; no desejo de ter coisas de se acumular riqueza galvanizado pela agrura de não ter o suficiente e estar sempre num estado de carência e escassez³⁴. Por

(34) O médico, o homem que por convicção profunda foi a vida inteira comunista e anticolonialista, o Dr. Pedro Augusto Cortesão Casimiro na sua extraordinária lucidez política e social deixou um precioso ensinamento: um dos maiores desafios da independência, do socialismo, da justiça e da

outro lado, a dignidade humana proclamada através destas práticas anunciam que a justiça não é apenas uma redistribuição equitativa dos recursos económicos mas também dos bens mentais, espirituais e a possibilidade de estabilizar expectativas relativamente ao futuro. Com tudo isso vive-se melhor hoje e todos os dias. A segunda é que analisar o *xitique* através de uma razão pós-colonial não é fixar-se no passado mas é ensaiar os múltiplos entendimentos do presente para conseguir pensar o futuro. Por fim, tanto a literatura como a realidade empírica mostram que *xiticar* é sobretudo uma coisa de mulheres. E como se diz na Guiné-Bissau, *kussas de mindjer ka ta pikininu*, coisas de mulher não são coisas pequenas. É nesta visibilidade ainda invisível dos trabalhos e das invenções das mulheres que ancora o incontornável carácter feminista destas práticas tanto naquilo que já são e revelam, como naquilo que anunciam para mudar a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGENDA (2001). «Global interest of informal sector workers under the spotlight. Interview to Pat Horn». *AGENDA. Empowering women for gender equity*, 48, 44-50.
- ALI, Rosamina (2010). «Níveis e tendências da desigualdade económica e do desenvolvimento humano em Moçambique: 1996-2006», in Luís Brito *et al.* (Org.) (2010), *Pobreza, desigualdade e vulnerabilidade em Moçambique*. Maputo: IESE, 121-150.
- BRITO, Luís *et al.* (Org.) (2010). *Pobreza, desigualdade e vulnerabilidade em Moçambique*. Maputo: IESE.
- CASIMIRO, Isabel; de Souto, Amélia (2010). *Empoderamento económico da mulher, movimento associativo e acesso a fundos de desenvolvimento local*. Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane.
- CATTANI, António David (2009). «Utopia» in António David Cattani *et al.* (Org.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, 328-334.
- Constitución 2008 del Ecuador, «Dejemos el pasado atrás». Publicación Oficial de la Asamblea Constituyente.
- CUAMBA, Denise António (2008). *A Função Social do Xitique na cidade de Maputo – O caso do grupo Ntwanano*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, dissertação de licenciatura em sociologia (mimeo).
- CUNHA, Teresa (2010). *Para além de um Índico de desesperos e revoltas. Uma análise feminista pós-colonial das estratégias de autoridade e poder das mulheres de Moçambique e Timor-Leste*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, dissertação de doutoramento.

emancipação em Moçambique foi não levar suficientemente a sério a contradição fatal entre a repetição da repetição do *carapau e repolho* enquanto o adversário se apresentava nutrido e oferecia as prateleiras brilhantes e obesas do capitalismo.

- CUNHA, Teresa (2011). *Tabuletas de nha Alfajata*. Maputo: Diário de Trabalho de Campo (mimeo).
- CUNHA, Teresa (2011). «Relatório sobre a pesquisa de campo sobre xitique em Moçambique», Fevereiro (mimeo).
- de VLETTER, Fion (prepared by) (2006). *Microfinance in Mozambique – Achievements, Prospects and Challenges. A report of the Mozambique Microfinance Facility?* [s.l.].
- FRANCISCO, António Alberto da Silva (2003). «Reestruturação económica e desenvolvimento» in Boaventura de Sousa Santos e João Carlos Trindade (org.) *Conflito e transformação social: Uma paisagem das Justiças em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento, vol. 1, 141-178.
- FRANCISCO, António e Paulo, Margarida (2006). *Impacto da Economia Informal na Protecção Social, Pobreza e Exclusão: A Dimensão Oculta da Informalidade em Moçambique*. Maputo: Cruzeiro do Sul, Instituto de Investigação para o Desenvolvimento José Negrão.
- FREIRE, Paulo (1975). *Pedagogia do Oprimido*. Porto: Edições Afrontamento.
- MARSH, Robin (2003). *Working With Local Institutions to Support Sustainable Livelihoods*. Rome: FAO.
- MORAIS, Barbosa (2010). *O nível de participação das comunidades nos planos estratégicos de desenvolvimento distritais. Caso da província de Nampula*. Maputo: CEPKA, centro de Pesquisa Konrad Adenauer
- MOSCA, João (2009). «Pobreza, economia «informal», informalidades e desenvolvimento» [em linha]. In Conferência IESE, 2, Maputo. *Dinâmicas da pobreza e padrões de acumulação económica em Moçambique*. Maputo : IESE, 2009. (Conference Paper; N.º 34). Disponível em www: <URL: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/CP34_2009_Mosca.pdf>.
- PNUD (2008). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2007-2008: Combater as Alterações Climáticas: Solidariedade Humana num Mundo Dividido*. Coimbra : Edições Almedina.
- REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. INE (2006). *O Sector informal em Moçambique: resultados do primeiro Inquérito Nacional: 2005*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, (2009). «Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes» in Boaventura de Sousa Santos; Paula Meneses (Org.), (2009), *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 23-71.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, (2011). «O desassossego da oportunidade», in *Revista Visão*. 5 de Maio.
- SEN, Amartya (2010). *A ideia de justiça*. Coimbra: Almedina.
- SILVA, Teresa Cruz e (2003). «As redes de solidariedade como intervenientes na resolução de litígios: o caso da Mafalala in Boaventura de Sousa Santos e João Carlos Trindade (org.) *Conflito e transformação social: Uma paisagem das Justiças em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento, vol. 2, 427-450.
- SILVA, Teresa Cruz e (2001). «Gestão comunitária de serviços sociais em Moçambique: o caso dos mercados informais de Museu, N'kakana e Xhikelene, na cidade de Maputo, e o papel da Associação dos operadores e Trabalhadores do Sector Informal: ASOTSI». Maputo: projecto n.º INT/99/MO7/POR, STEP/PALOP (mimeo).

- TRINDADE, Catarina Casimiro (2007). *Como as instituições de microcrédito promovem a autonomia das mulheres em Moçambique – Estudo de caso da Tchuma, cooperativa de crédito e poupança*. Dissertação da licenciatura em Sociologia do Trabalho e do Emprego. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (mimeo).
- TRINDADE, Catarina Casimiro (2011). «Convívio e solidariedade: Práticas de *xitique* em Moçambique» in Teresa Cunha *et al.* (org.), *Elas no norte e no sul*. Art.º Feminino. Coimbra: AJP (no prelo).
- URA, Karma; GALAY, Karma (Org.) (2004). *Gross National Happiness and Development. (Proceedings of the First International Seminar on operationalization of the Gross National Happiness)*. Thimphu: The centre for Buthan Studies.
- WILSKA, Kent (2008). *Os empobrecidos*. Maputo: Kepa.

FONTES ELECTRÓNICAS

- ATHMER, G [s.d], «Women embrace «informal» institutions. Building Bottom-up Inclusive Microfinance. Disponível em formato PDF.
- DAVA, Gabriel, LOW, Jan e MATUSSE, Cristina (1996-1997). *Capítulo 6: Mecanismos de ajuda mútua e redes informais de protecção social: estudo de caso das províncias de Gaza e Nampula e a cidade de Maputo in: Pobreza e Bem-Estar em Moçambique*. <http://www.ifpri.org/sites/default/files/pubs/portug/pubs/books/ch6.pdf> Consultado em 12/2/11
- de VLETTER, Fion (prepared by) (2006), *Microfinance in Mozambique – Achievements, Prospects and Challenges. A report of the Mozambique Microfinance Facility*. <http://www.gdrc.org/icm/country/microfinance-mozambique.pdf> Consultado em 12/2/11
- FRANCISCO, António e PAULO, Margarida (2006). *Impacto da Economia Informal na Protecção Social, Pobreza e Exclusão: A Dimensão Oculta da Informalidade em Moçambique*. Maputo: Cruzeiro do Sul, Instituto de Investigação para o Desenvolvimento José Negrão. http://www.iid.org.mz/impacto_da_economia_informal.pdf Consultado em 12/2/11
- GOMES, Xadrique, «Viver com o dinheiro dos outros». *Jornal Verdade*, 17 de Outubro de 2008 http://www.verdade.co.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=241:xitique&catid=43:economia&Itemid=27 Consultado em 12/2/11
- INE (2007). «Distribuição Percentual da População de 15 e mais Anos Empregada Por Condição de Assalariado na Actividade Económica Principal – 2004/05». Maputo: INE http://www.ine.gov.mz/populacao/ftrab/pop_assal15mais Consultado em 12/2/11
- INE (2007). «Distribuição Percentual da População de 15 e mais anos Empregada Por Conta Própria na Actividade Económica Principal, por Sector de Actividade – 2004/05». Maputo: INE http://www.ine.gov.mz/populacao/ftrab/pop_contap Consultado em 12/2/11
- INE (2007). «Índices da Actividade Económica». Maputo: INE http://www.ine.gov.mz/publicacoes/iae_dir/fev2010ieaN70.pdf Consultado em 12/2/11

INE (2007). «Indicadores Básicos de Moçambique». Maputo: INE
<http://www.ine.gov.mz/populacao/indicadores/Document.2010-10-28.7436072050> Consultado em 12/2/11

XIMBITANE, Redação/Agências (2010). «Biscatos, tricatou ou Xitique? 90% de mulheres moçambicanas recorrem ao sector informal. Relatos, experiências, ideias e vivências evidenciados pelo olhar de uma mulher».
<http://ximbitane.blogspot.com/2008/09/biscatos-tricatou-ou-xitique.html> Consultado em 12/2/11